

Ações realizadas entre março de 2011 e fevereiro de 2012

Emissão de certidões cíveis e criminais

Sistema implantado em maio de 2011 e que emite certidões negativas criminais e cíveis para defesa de direito e esclarecimento de situação pessoal. Normalmente, o cidadão emite a certidão por solicitação de empresas quando da contratação de empregado. As emissões pela internet são feitas no site do Tribunal de Justiça (www.tjmt.jus.br).

De maio de 2011 a novembro de 2012 foram emitidos mais de 132 mil. O serviço trouxe facilidade, comodidade e agilidade no atendimento do Judiciário à sociedade. Como resultados já apurados, houve redução no fluxo de pessoas que se deslocam diariamente aos Cartórios Distribuidores localizados nas Comarcas do Estado. Na Comarca de Cuiabá, por exemplo, a demanda física diminuiu 60%, passando de 200 para 80 atendimentos diários.

Selo Digital – Implantação da 2ª fase

É uma sequência de alfanuméricos gerados pelo Sistema de Gestão Integrada dos Foros Judicial e Extrajudicial (GIF) do Poder Judiciário. Esses códigos são associados aos atos praticados nos cartórios extrajudiciais, como autenticação, reconhecimento de firma, escritura, entre outros.

Início da implantação da 2ª fase do Selo, que compreende os chamados atos de balcão (abertura e reconhecimento de firma, certidões, fax símile, autenticações, fotocópias, guias tributárias e ofícios).

O uso do Selo Digital proporciona agilidade no atendimento dos cartórios à população.

Certidões online gratuitas - cartórios distribuidores e de protesto de título extrajudicial

A Corregedoria-Geral da Justiça de Mato Grosso (CGJ-MT) colocou à disposição do público o serviço de emissão online e gratuita de certidões informando dados de todos os cartórios distribuidores e de protesto de Mato Grosso. O acesso poderá ser feito no endereço eletrônico <http://www.tjmt.jus.br/cgj>, no ícone serviços – emissão de certidão, conforme consta no Provimento nº 27/2011.

A certidão é um dos requisitos exigidos das empresas privadas que participam de processo licitatório e antes da gratuidade, para cada consulta era cobrado R\$ 33,10 do solicitante. A emissão *online* do documento resulta em rapidez, transparência, amplo acesso e significa redução de custos material e humano, contribuindo para os resultados positivos na prestação dos serviços judiciais à população. Entre junho de 2011 e fevereiro de 2012 617 certidões foram emitidas, sendo 542 por pessoas jurídicas e 75 por pessoas físicas.

STJI – Sistema Tecnológico Judicial Integrado

Projeto pioneiro no Brasil que visa combater o crime organizado por meio da integração de informações entre todos os órgãos ligados à justiça e à segurança pública, estaduais e federais. O projeto trata da criação de um banco de dados informatizado, que conterà informações sobre agentes criminosos e os delitos cometidos por eles.

Penhora online de imóveis

Sistema de penhora online e de ofício eletrônico permite aos juízes realizar, por exemplo, pesquisa, baixa de registro, além de efetuar o sistema de penhora online de imóveis. Associação dos Registradores Imobiliários do Estado de São Paulo (Arisp) desenvolveu o sistema e um convênio permitiu a implantação do projeto para dar mais celeridade aos trâmites processuais. O Poder Judiciário de Mato Grosso foi a segunda unidade da federação no país a aderir ao sistema. Projetos-piloto já estão em andamento nas Comarcas de Cuiabá, Várzea Grande, Poxoréo e Sorriso.

Mutirões de sentenças e de conciliações nos Juizados Especiais

Mutirões realizados ao longo do ano resultaram em quase 6 mil processos sentenciados nos 3º, 4º e 6º Juizados Especiais de Cuiabá e no Juizado Especial de Cáceres. Outras 3.400 audiências de conciliações foram realizadas em mutirões em Cuiabá, Cáceres e Sinop.

Correições ordinárias

Em 2011 foram correicionados 30.453 processos em 29 Varas. Do total de processos, 23.445 receberam recomendações para adequações e cerca de 60% já foram atendidas, dando agilidade aos trâmites processuais da Primeira Instância.

Auditoria virtual

Criada em março de 2011, a nova ferramenta tecnológica permite realizar à distância o levantamento dos processos em andamento nas Comarcas e tem como foco avaliar as competências de atuação das Varas, além do acompanhamento dos trabalhos de rotina das unidades judiciais antes e pós correições. O objetivo é dar mais celeridade aos trabalhos de orientação e fiscalização dos serviços judiciais de Primeira Instância.

Banco de Peritos

Profissionais de diversas áreas e tradutores e intérpretes que atuam como peritos quando demandados pela Justiça estão se cadastrando no banco de dados criado para formar um leque de profissionais que poderão atender à demanda de laudo pericial para determinado processo. O cadastramento é feito no site tjmt.jus.br/cgj, no ícone Programas para acesso o item Banco de Peritos, ou no tjmt.jus.br, clicando no ícone Corregedoria para acessar o item Outros. Desde dezembro de 2011, quando o sistema foi disponibilizado na internet, mais de 260 profissionais já se cadastraram.

Comitê Multi-Institucional

No dia 11 de abril de 2011 foi instalado o Comitê Multi-Institucional composto por instituições e entidades do Sistema Judicial de Mato Grosso. A criação do Comitê tem como objetivo promover a reestruturação do sistema judicial do Estado com ações estratégicas integradas para melhorar e ampliar as condições dos serviços prestados à sociedade mato-grossense. No dia 23 de agosto foi assinado o Pacto de Integração de Metas, com plano estratégico de longo prazo (cinco anos).

Integram o Comitê Multi-Institucional as seguintes instituições e entidades: Poder Judiciário de Mato Grosso, Ministério Público de Mato Grosso, Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso, Tribunal Regional do

Trabalho 23ª Região, Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, Defensoria Pública de Mato Grosso, Procuradoria Geral de Mato Grosso, Associação Mato-grossense de Magistrados, Secretaria de Justiça e Direitos Humanos e Escola Superior da Magistratura de Mato Grosso.

Comissão do Sistema Socioeducativo

Comissão executiva geral criada em julho de 2011 com o objetivo de sugerir medidas a serem adotadas para mudar o atual cenário do sistema socioeducativo de Mato Grosso. O grupo elaborou um levantamento sobre o custo físico-financeiro necessário para a reestruturação e construção de novas unidades e para a manutenção, que inclui a designação de recursos humanos para compor o efetivo de servidores que trabalharão nesses locais.

O trabalho realizado pela comissão culminou em um termo de convênio visando à solução dos problemas relacionados aos adolescentes em conflito com a lei. Assinaram o documento o Poder Judiciário, Assembléia Legislativa, Ministério Público, Secretarias de Estado de Justiça e Direitos Humanos, de Segurança Pública e a de Saúde, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados de Mato Grosso, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e a Câmara Federal, representada pelo deputado federal Valtenir Pereira.

Meta 5 – CNJ

Em setembro de 2011 foi atingida a meta 5 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que prevê a redefinição das rotinas de trabalho em todas as unidades judiciais do país até dezembro de 2014, sendo que para 2011 a implantação do gerenciamento de rotinas em Mato Grosso deveria atingir 50% das unidades, o que significa 134 de um total de 268 Varas existentes. Em dezembro o número chegou a 171 unidades, representando 63,81%.

Meta 4 – CNJ

Projeto Poder Judiciário na Escola criado para atender a meta 4 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que determina a implantação de pelo menos um programa de esclarecimento sobre funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário em escolas ou quaisquer espaço público. Projeto-piloto foi realizado na Escola Municipal Floriano Bocheneki, no bairro Parque Atalaia, na Capital. São parceiros da Corregedoria nesse projeto a Defensoria Pública, a Ordem dos Advogados do Brasil, a Secretaria do Estado de Educação e a Secretaria Municipal de Educação de Cuiabá.

Ações previstas para 2012

Mutirões

Realização de mutirões de procedimentos processuais e sentenças nas Varas/Comarcas críticas, visando à redução do estoque de processos.

Correições

Intensificação das correições ordinárias com realização em todas as unidades judiciais do Estado, que totalizam 268 Varas.

Selo Digital

Implantação do Sistema nos 54 cartórios que ainda não tinham aderido ao Selo Digital, atingindo assim as 239 unidades em funcionamento no Estado.

Projeto Padrinhos

Ampliação do Projeto Padrinhos para todas as Comarcas do Estado. Hoje é executado somente em Cuiabá

Depoimento Sem Dano

Implantação de salas para o projeto Depoimento Sem Dano, voltado para crianças e adolescentes vítimas de violência.

Audiências Concentradas

Realização de audiências concentradas nas Comarcas onde existem instituições de acolhimento para rever a situação das crianças e adolescentes acolhidos.

Auditoria virtual

Aprimoramento com a implantação do Sistema de Alerta

Intimare

Criação do Sistema de Citação e Intimação Eletrônica (Intimare)

Penhora online de imóveis

Aprimoramento do sistema de banco de penhoras com ampliação da utilização para um maior número de Comarcas.

STJI - Sistema Tecnológico Judicial Integrado

Compartilhamento de dados e informações com as polícias civil e militar de Mato Grosso e a polícia federal para combater o crime organizado e o tráfico de drogas. A previsão é que o sistema comece a ser abastecido no primeiro semestre.

Sistema de Certidão de Óbitos

Sistema de Citação e Intimação Online

Sistema de Emissão de Certidões Online. Agora com a emissão de certidões pagas

Sistema de Indexação de Audiência

Sistema de Cálculo Penal

Sistema Eletrônico de Remoção e Promoção de Magistrados

Correições ordinárias no Foro Extrajudicial

Metas Conselho Nacional de Justiça para 2012

Meta 1 – Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2012

Meta 2 – Julgar, até 31/12/2012, pelo menos 90% dos processos distribuídos em 2007

Meta 3 – Disponibilizar para consulta pública na internet, com andamento atualizado e conteúdo das decisões de todos os processos

Meta 4 – Constituir Núcleo de Cooperação Judiciária e instituir a figura do juiz de cooperação

Metas das Corregedorias Estaduais aprovadas em conjunto com a Corregedoria Nacional para 2012

- 1- Plano de Gestão a ser apresentado à Corregedoria Nacional em até 120 dias
- 2- Publicação de 100% das ações correicionais (preservando sigilos)
- 3- Realização anual de correições em até 30% das comarcas do Estado, ainda que por amostragem
- 4- Realizar 80% dos procedimentos disciplinares em até 180 dias
- 5- Fiscalizar as metas nacionais do CNJ
- 6- Criação de Turmas de Uniformização no âmbito estadual
- 7- Criar uma estrutura adequada para atender apenados com benefícios
- 8- Incluir em 100% das correições às varas criminais a verificação da situação dos presos provisórios para que o percentual de presos provisórios fique ao menos na média nacional e seja dado efetivo cumprimento à Resolução 66/2009 do CNJ
- 9- Implantar a estrutura orgânica definitiva das Corregedorias
- 10- Garantir independência orçamentária às Corregedorias